

**PROTOCOLO EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO ENTRE A
DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DGAI), DO
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E O INSTITUTO
GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (IGP), DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE;
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

JUNHO
ABRIL de 2009



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DGAI) DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (IGP), DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Considerando que:

A Direcção-Geral da Administração Interna, na prossecução das suas atribuições, deseja beneficiar da cooperação de outras entidades, públicas e privadas, tanto nacionais como internacionais, detentoras de competência reconhecida para uma melhor apreensão da situação e evolução das necessidades do sistema de segurança interna e da situação sócio-criminal portuguesa.

O Instituto Geográfico Português, enquanto autoridade nacional de geodesia, cartografia e cadastro está interessado em desencadear e desenvolver uma cooperação com a DGAI, no sentido de articular fluxos de dados base sobre o território nacional e projectos de âmbito nacional e internacional em áreas de interesse comum, relacionados com a segurança de pessoas, bens e serviços.

RF

Entre,

A Direcção-Geral de Administração Interna, com sede na Praça do Comércio, 1149-015 Lisboa, pessoa colectiva de direito público n.º 600082555, representada neste acto pela Senhora Dr^a **Rita Faden**, na qualidade de Directora-geral, adiante abreviadamente designada por DGAI,

E,

O Instituto Geográfico Português, com sede na Rua Artilharia Um, 107 1099-052 em Lisboa, pessoa colectiva de direito público com o n.º 506132307, representado neste acto pelo Senhor Engenheiro Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Director-Geral, adiante abreviadamente designado por IGP,

Abaixo designadas por «Partes», em conformidade com as competências que lhes foram outorgadas pelas suas respectivas funções, é celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I

Objectivos do Protocolo

1. O presente Protocolo tem por objectivo fixar o quadro geral de referência dos domínios de acção e das modalidades de cooperação que as Partes desenvolverão, de tal modo que tais domínios e modalidades sejam benéficas a ambas, a fim de enriquecer os seus potenciais e de melhor exercer as suas actividades.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, e sob pena de decisões posteriores, as Partes definem desde já um conjunto de acções que figuram na Cláusula II do presente Protocolo de Cooperação.
3. A concretização desta cooperação não será condicionada a não ser pelas disposições legislativas e regulamentares que se apliquem a cada uma das Partes,



pelos recursos que cada uma das entidades dispõe, assim como pelas prioridades relativas aos seus próprios serviços e programas relevantes da sua actividade.

CLÁUSULA II

Programas e acções

1. Os programas e acções nos quais assenta a cooperação entre as Partes são definidas e aprovadas caso a caso, numa base de referência temporal anual.
2. Esta cooperação engloba a realização de acções comuns, nomeadamente reuniões técnicas e científicas, projectos de investigação, incluindo candidaturas a programas de financiamento, nacionais e comunitários, e a disponibilização e intercâmbio de informação estatística ou outra de interesse recíproco. O espectro de interesse recíproco cobre o território, a sua organização e as actividades humanas que nele se desenvolvem, e inclui igualmente as questões metodológicas e técnicas relevantes para o desenvolvimento das respectivas actividades.

CLÁUSULA III

Modalidades de cooperação

1. A cooperação prevista nos artigos precedentes será desenvolvida segundo as modalidades que as Partes entenderem como as mais ajustadas para cada caso.
2. As Partes organizarão as reuniões de trabalho e os contactos necessários, a fim de levar por diante, e o melhor possível, esta cooperação.
3. Os responsáveis destas duas entidades podem concordar na criação de uma Comissão mista encarregada de propor programas e acções que permitam concretizar o desenvolvimento desta cooperação, assim como da resolução dos problemas que esta possa colocar.

CLÁUSULA IV

Financiamento

As despesas a efectuar do desenvolvimento do presente Protocolo serão objecto de um acordo entre as Partes, caso a caso.

CLÁUSULA V

Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula I.

CLÁUSULA VI

Entrada em vigor

O presente Protocolo entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e por um período de três anos, findo os quais será objecto de prorrogação tácita por períodos de um ano, salvo denúncia expressa por escrito de uma das Partes com pré-aviso de seis meses.

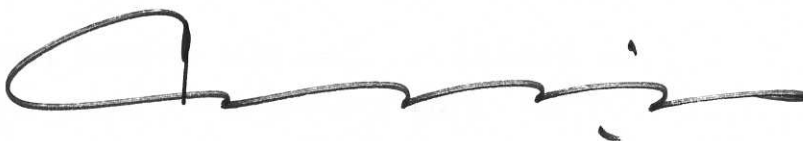
18 - 06 - 2009

Pela DGAI,



Rita Faden
(Directora-Geral)

Pelo IGP,



Arménio dos Santos Castanheira
(Director-Geral)